



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Itália, Km 8 - RIO GRANDE /RS - 96201-900 - FONE (53) 32336817 – FAX (53) 3233
6822.

FURG

Ata nº 8 do Comitê de Pós-graduação FURG (dezembro de 2006)

No dia vinte de dezembro de dois mil e seis às oito horas e trinta minutos na sala de reunião da PROPEP reuniram-se extraordinariamente os seguintes membros do comitê de Pós-Graduação: Fernando Kokubun (PG em Modelagem Computacional); Gilma dos Santos Trindade (PG Ciências Fisiológicas); Humberto Calloni (PG Educação Ambiental); Dário de Araújo Lima (PG em Geografia); Mário Roberto Chim Figueireso (PG em Aqüicultura); Wilson Danilo Lunardi Filho (PG em Enfermagem); José Henrique Muelbert (PG em Oceanografia Biológica); Carlos A. Baungartem (PG em História da Literatura); Cláudio Renato Dias (PG em Engenharia Oceânica); Luiz Antônio de Almeida Pinto (PG Engenharia e Ciência de Alimentos); Ana Luiza Muccillo Baisch (PG Ciências da Saúde); Adriana Gava (PG em Biologia Aquática Costeira); Ednei Gilberto Primel (PG Química Tecnológica e Ambiental) e Eliana Badiale Furlong (SUPPOSG). Também estavam presentes à reunião o superintendente de planejamento Mozart Martins Filho (SUPPLAN); Paulo Roberto Loureiro Garcia (SAFC/PROAD) e Pedro Ávila (Diretor da FAURG). **Iniciando a reunião** a professora Eliana explicou aos presentes as razões da convocação extraordinária enfatizando a questão dos recursos dos PROAP residuais de 2006 a serem gastos em janeiro e fevereiro através da FAURG, como havia sido aprovado na reunião de trinta de outubro de dois mil e seis. Esclareceu também que os representantes das unidades envolvidas com a nova forma de emprego do PROAP poderiam esclarecer os procedimentos a serem adotados. Lembrou as datas previstas para empenho dos recursos e do atraso da CAPES em enviar as parcelas de PROAP, ao final do ano de dois mil e seis. Sendo assim o procedimento de efetuar as despesas que pudessem, dentro da norma da PROAD/PROAP, até do dia vinte de novembro foi observado e as tramitações junto a CAPES para efetivar o convênio com a FAURG haviam sido realizados pela PROPEP/PROPLAN. O senhor Pedro explicou que por se tratar de um recurso de valor elevado e com prestação de contas complexo a PROPEP precisaria fazer um controle dos gastos junto da FAURG, pois que para esta não haveria possibilidade de distinguir qual a parcela de cada COMCUR, o convênio prevê o total disponível. Ainda comentou de sua inquietação com o fato do convênio não ter sido efetivado, o que foi esclarecido pelo senhor Paulo que a CAPES não havia repassado o recurso ainda para a apropriação da despesa, mas havia a possibilidade de que este fosse colocado a disposição até o dia vinte e seis de dezembro. Uma vez apropriada a despesa a FAURG pode em seqüência dar início aos trâmites de utilização de recurso. O primeiro esclarecimento foi sobre a questão de diárias, que não podem ser pagas através da FAURG pois há necessidade de comprovar as despesas mediante notas em nome da fundação, do tipo recibos de transporte, alimentação, hotéis e outros. O professor Mário colocou sua dúvida sobre a necessidade de adquirir uma passagem para uma banca que se realizará no dia oito de janeiro. Segundo o senhor Pedro caso haja um valor de gastos de passagens superior a R\$ 8000,00 há necessidade que a fundação realize um pregão para cumprir a lei (8666/1993) de consultar três orçamentos para a aquisição. O senhor Mozart lembrou que havia sugerido na reunião de trinta de outubro que os trechos a serem adquiridos e o número de passagens fosse informado a PROPEP. A professora Eliana comentou que apenas três programas haviam feito a previsão. Ficou então acertado que todos fariam o envio deste plano de gastos (passagens e seus trechos) a PROPEP que repassaria a FAURG para providências junto às agências de viagem e agilizar o processo de aquisição no momento da necessidade. Foi salientado que ao serem efetuados gastos com prestação de serviços para pessoa física é preciso ficar previsto mais 35% dos encargos sociais. Quanto ao auxílio ao estudante previsto no PROAP o procedimento é semelhante ao que substitui as diárias, ou seja apresentar comprovantes de gastos com inscrição em congresso, material de divulgação, refeições, hospedagem e outros. Foram feitas muitas manifestações sobre as vantagens e desvantagens dos dois sistemas. O senhor Mozart sugeriu que as solicitações de gastos fossem feitas diretamente a FAURG, sem tramitar pela PROPEP respeitando cada um os limites de suas parcelas do recurso. Caso houvesse excessos de gastos a comunicação deveria ser feita entre os interessados com um acordo prévio de ressarcimento informado a PROPEP. Após a discussão dos possíveis problemas a professora Eliana propôs o seguinte procedimento: a PROPEP encaminha a todos uma tabela com os códigos do PROAP e os seus correspondentes no formulário da FAURG. Cada coordenador ao ter necessidade de dispor de um recurso preenche o formulário, disponível no site da fundação, respeitando as definições do PROAP e envia a FAURG para providências. Para facilitar o controle envia uma cópia para a SUPPOSG que guardará o informe e fará um controle período do saldo disponível para cada usuário. Em meados de março o grupo se reúne para a verificação das contas pagas e conclusão do processo. Deve ser considerado neste sistema também que as previsões de passagens deverão ser enviadas à SUPPOSG até dia vinte e dois de dezembro. Todos foram favoráveis a este procedimento. **O segundo assunto** tratado foi a disponibilização das dissertações e teses na biblioteca digital do BDTD. Foram colocadas diferentes dúvidas salientando-se entre elas a norma técnica (ABNT ou as adotadas pelos programas especificamente); o ineditismo perante aos periódicos, os compromissos de disponibilizar o todo ou parte do trabalho. O professor Mario leu a correspondência do seu programa com relação as questões referentes as normas da ABNT serem obrigatórias. Alguns coordenadores relataram suas experiências satisfatórias com o sistema. Também foi amplamente comentada a duplicidade de informações dos trabalhos exigidas pela CAPES e pelo CNPq, sendo consenso geral que havia a necessidade de uma

consulta institucional aos dois órgãos sobre o problema. A professora Eliana leu a correspondência da coordenadora do NID, onde fica esclarecido as recomendações dos procedimentos para a divulgação on line. São eles: o discente deverá entregar na secretaria da COMCUR um CD – Rom com o conteúdo do trabalho em Word ou PDF, desde que não esteja protegido. A proteção do documento é realizada no momento da publicação na BDTD. O CD – Rom é necessário que sejam disponibilizados o resumo e os metadados **(palavras-chave) em português e em outro idioma**. Estes dados permitem que as teses e dissertações tenham visibilidade através da Virginia Tech nos EUA, e possibilitam o contato entre os pesquisadores que desenvolvem pesquisas semelhantes em outros países. O discente deverá entregar junto com o CD – Rom o termo de autorização devidamente assinado e com CPF, do discente e dos membros da banca. Cabe salientar que sem estes dados o sistema não aceita a inserção dos dados. Outro destaque é que o CPF não terá visibilidade para a consulta a base BDTD, porém ele é necessário para a recuperação posterior dos dados dos membros da banca e do discente. Apenas a bibliotecária Simone, responsável pelo portal, tem acesso a estas informações, bem como a equipe do IBICT (Instituto brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) que guarda sigilo absoluto. Entre as informações solicitadas no TERMO DE AUTORIZAÇÃO, esta uma consulta para a liberação parcial ou integral do trabalho. No primeiro caso o autor deverá especificar o arquivo que será permitida a publicação na BDTD, e pode inclusive informar a partir da qual data o texto completo poderá ser disponibilizado. O NID recomenda que seja entregue o texto completo com a ressalva das restrições pois assim teremos um banco de dados com a produção científica da FURG, no setor interno da biblioteca que não é disponível aos usuários, apenas esta protegida a obra e armazenada. Todos comentaram o conteúdo da recomendação e entenderam como exequível. Aproveitando a oportunidade o professor José Muelbert comentou sobre a disponibilidade das fichas de avaliação dos programas do ano de 2005, sem que isto tivesse sido informado anteriormente de forma oficial pela CAPES. Também foi comentado sobre os professores permanentes e colaboradores e a vinculação de suas produções, bem como, os permanentes em mais de um programa. Outra dúvida dos presentes foi sobre a correspondência da CAPES mencionando a necessidade de atualizar o cadastro discente e sua vinculação da completude com a matriz a ser utilizada para distribuição das bolsas. Foi combinado que seria buscada informação mais exata sobre o assunto. Nada mais havendo a tratar a reunião encerrou-se às onze horas e trinta minutos